

Diário Eletrônico do Ministério Público RS

Procurador-Geral de Justiça

End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.

Porto Alegre / RS - 90050-190

Fone: (51) 3295 – 1100

Porto Alegre, 26 de julho de 2016.

Edição nº 1953

Nesta Edição:

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Súmulas de contratos.....2

Avisos de licitações.....2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins.....2

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Avisos.....4



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 26 de julho de 2016.

www.mprs.mp.br

Edição Nº 1953

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**

**SÚMULA DE INEXIGIBILIDADE
DE LICITAÇÃO E RATIFICAÇÃO
PROCESSO N.º 1119-09.00/16-0
CO.32722**

CONTRATADA: CM CAPACITAÇÃO EMPRESARIAL LTDA-EPP; **OBJETO:** Contratação do evento "Curso Administração do Tempo", modalidade à distância, mediante o desenvolvimento do conteúdo e apresentação em vídeo aulas, pela profissional Crismeri Delfino Corrêa; **VALOR TOTAL:** R\$ 17.500,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa/Rubrica 3.3.90.39/3935; **FUNDAMENTO LEGAL:** art. 25, inciso II e § 1º c/c o art. 13, inciso VI, da Lei Federal nº 8.666/93; **RATIFICAÇÃO** em 25 de julho de 2016, pela Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Dra. Ana Cristina Cusin Petrucci. **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 25 de julho de 2016.
ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**SÚMULA DO CONTRATO DE COMPRA E VENDA
UAJ N.º 084/2016 - PROCESSO N.º 001234-09.00/16-8
ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 29/2016
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO NORTE -
PREGÃO ELETRÔNICO
N.º 60/2015**

CONTRATADA: VETORSCAN SOLUÇÕES CORPORATIVAS E IMPORTAÇÃO EIRELI - ME; **OBJETO:** aquisição de *scanners* duplex, com alimentador automático de folhas (ADF) e sem mesa digitalizadora ("FLATBED"), com prestação de serviços de assistência técnica; **VIGÊNCIA:** 36 meses; **VALOR TOTAL:** R\$ 47.980,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 2746, Natureza da Despesa 4.4.90.52, Rubricas 5228; **FUNDAMENTO LEGAL:** Leis Federais 8.666/93 e 10.520/02 e Lei Estadual 11.389/99; **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 22 de julho de 2016.
ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**APOSTILA
PROCESSO Nº 1504-09.00/12-4**

CONTRATADA: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT; **OBJETO:** apostilamento do Contrato de Prestação de Serviços – ECT/DR/RS n.º 9912294939, que tem por objeto a prestação de serviços e vendas de produtos, para fazer constar que, em atenção ao disposto na cláusula quinta do ajuste, os serviços de Sedex Contrato, Sedex 10, Sedex 12 e Sedex Hoje tiveram seus preços reajustados no percentual médio de 7,60%, a contar de 1º de junho de 2016; o serviço de PAC Contrato teve seu preço reajustado no percentual médio de 9,01%, a contar de 1º de junho de 2016; os serviços de Disque Coleta e Coleta Logística Reserva tiveram seus preços reajustados no percentual médio de 10,86%, a contar de 1º de junho de 2016; e os serviços de Carta Comercial, Adicionais (Registro/AR) e Telegramas tiveram seus preços reajustados no percentual médio de

10,64%, a contar de 28 de junho de 2016; **FUNDAMENTO LEGAL:** art. 65, § 8º, da Lei Federal nº 8.666/93, bem como cláusula quinta do ajuste. **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 25 de julho de 2016.
ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**Aviso de republicação de edital e reagendamento de
abertura de Licitação**

Pregão Eletrônico n.º 56/2016 (Processo nº 1076-09.00/16-4). Comunico que, em razão da alteração de dispositivos (subitens 9.1.d e 9.2.3) do Edital, e do Anexo I (item 14.2.1), este Pregão está sendo reagendado conforme os dados:

Data e horário de abertura das propostas: 08/08/2016, às 10 horas. Data e horário de início da disputa de preços: 09/08/2016, às 14 horas.

Local: www.pregaobanrisul.com.br. **Editais disponíveis na página:** http://www.mprs.mp.br/licitacao/pregao_eletronico. Informações gerais: e-mail, licitacoes@mprs.mp.br. **Base legal:** Lei Estadual nº 13.191/09, Lei n.º 10.520/02, LC n.º 123/06 e Lei n.º 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 25 de julho de 2016.

LUÍS ANTÔNIO BENITES MICHEL,
Pregoeiro.

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS**

BOLETIM N.º 130/2016

O COORDENADOR DO CAO CÍVEL E DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou as seguintes Peças de Informação e Inquéritos Cíveis, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

IC 00824.00107/2016 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Pelotas por Rosely Teresinha De Azevedo Lopes - 2º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Pelotas com a finalidade de OBJETO: apurar pagamento indevido do adicional de insalubridade aos assessores jurídicos sem a devida previsão legal.

partes: investigado: Câmara de Vereadores de Pelotas; local: Pelotas/RS Investigado: Câmara Municipal De Pelotas. Local do Fato: Pelotas.

Inquérito Civil 01623.000.140/2016 instaurado na PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO DE PORTO ALEGRE em 24/07/2016 por André Baptista Caruso Mac-Donald com a finalidade de Possível ocorrência de improbidade administrativa devido aos desvios de verbas ocorridos no Sindifisp-RS (Sindicato dos Auditores Fiscais da Previdência Social no Estado do RS) no período de 05/2003 e 04/2005 (inquérito civil proveniente do Ministério Público Federal - nº anterior 1.29.000.000647/2007-42). Investigado(s): Sindicato dos Auditores Fiscais da Previdência Social no Estado do RS (Sindifisp-RS). Local do Fato: Porto Alegre. CAO comunicado: CAO CÍVEL E DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO



IC 00927.00019/2016 instaurado na Promotoria De Justiça De Venâncio Aires por João Afonso Silva Beltrame - 3º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Venâncio Aires com a finalidade de Apurar possível prática de atos de improbidade administrativa tendo como investigados a empresa VETOR MULTIMÁQUINAS LTDA. e seus sócios CLAUDIOMAR DA SILVA e SANDRA REGINA BACK DA SILVA Investigados: Claudiomar Da Silva, Sandra Regina Back Da Silva e Vetor Multimaquinas Ltda. Local do Fato: Venâncio Aires.

IC 01175.00027/2016 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de Montenegro por Carmem Lucia Garcia - Promotora de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Montenegro com a finalidade de apurar possível ato de improbidade administrativa na contratação, por inexigibilidade de licitação, do Escritório de Advocacia Décio Itiberê Advogados Associados, pelo Município de Pareci Novo, assim como quanto à incidência do impedimento previsto no artigo 30, inciso I, na Lei n.º 8.906/94. Investigados: Décio Itiberê Advogados Associados, Décio Itiberê Gomes de Oliveira e Rafael Antonio Riffel. Local do Fato: Pareci Novo.

IC 01175.00034/2015 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de Montenegro por Carmem Lucia Garcia - Promotora de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Montenegro com a finalidade de apurar eventual uso indevido de materiais e recursos destinados ao Departamento Municipal de Transporte e Trânsito de Montenegro para outros fins, com prejuízo aos cofres públicos. Investigados: Ademir Fachini, Paulo Euclides Garcia de Azeredo e Talis Romeu Pohlen Ferreira. Local do Fato: Montenegro.

IC 01234.00114/2016 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Santana Do Livramento por Marcelo De Souza Gonzaga - Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Santana Do Livramento com a finalidade de apurar as condições precárias da Rua Osvaldo Dantas, Parque Xangrilá, nesta Cidade. Investigado: Secretaria Municipal De Obras De Santana Do Livramento. Local do Fato: Santana Do Livramento.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 25 de Julho de 2016.

JOSÉ FRANCISCO SEABRA MENDES JÚNIOR,
Coordenador do Cao Cível e de Defesa do Patrimônio Público.
De acordo,

FABIANO DALLAZEN,
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

O COORDENADOR DO CAO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou as seguintes Peças de Informação e Inquéritos Cíveis, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

PI 00852.00065/2015 convertido no IC 00852.00065/2015 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Rio Grande por Rudimar Tonini Soares - 2º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Rio Grande com a finalidade de AVERIGUAR A DESESTRUTURAÇÃO DA CORREGEDORIA DO CONSELHO TUTELAR. Investigado Corregedoria do Conselho Tutelar. Local do Fato: Rio Grande.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 25 de Julho de 2016.

MARIA REGINA FAY DE AZAMBUJA,
Coordenadora do Cao da Infância e da Juventude.
De acordo,

FABIANO DALLAZEN,
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

O COORDENADOR DO CAO DA ORDEM URBANÍSTICA E QUESTÕES FUNDIÁRIAS científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou as seguintes Peças de Informação e Inquéritos Cíveis, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

IC 00887.00012/2015 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De São Jerônimo por Fernando Cesar Sgarbossa - Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De São Jerônimo com a finalidade de "Promover a regularização da Sede Campestre do Sindicato dos Comerciantes de Arroio dos Ratos, situada na Rua Amaro Teixeira, nº 1.178, Bairro Atafona, Arroio dos Ratos-RS.". Investigados: Município De Arroio Dos Ratos e Sindicato Dos Empregados No Comércio De Gualba, Eldorado Do Sul, Barra Do Ribeiro, Charqueadas E Arroio dos Ratos. Local do Fato: Arroio dos Ratos.

Inquérito Civil 01633.000.191/2015 instaurado na PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE HABITAÇÃO E DEFESA DA ORDEM URBANÍSTICA em 21/07/2016 por Heriberto Roos Maciel com a finalidade de Averiguar perigo de desmoronamento de parte de morro de saibro localizado às margens da Av. Protásio Alves, proximidades do n.º 10.200, nesta

Capital
Investigado(s): Local do Fato: Protásio Alves, próximo ao número 10.200. CAO comunicado: CAO DA ORDEM URBANÍSTICA E QUESTÕES FUNDIÁRIAS

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 25 de Julho de 2016.

DÉBORA REGINA MENEGAT,
Coordenadora do Cao da Ordem Urbanística e Questões Fundiárias.
De acordo,

FABIANO DALLAZEN,
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

O COORDENADOR DO CAO DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou as seguintes Peças de Informação e Inquéritos Cíveis, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

IC 00762.00030/2016 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Erechim por Diego Pessi - 1º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Erechim com a finalidade de Apurar a construção irregular de um quiosque com 9,5 metros de canto, da construção até o riacho, bem como a abertura de uma vala com 7,5 metros de comprimento por 40 cm de largura, sem licença ambiental do órgão competente, fato constatado no dia 10 de maio de 2016, na Linha Rio Poço – São Luis, interior do Município de Erechim (RS), tendo como investigados Glaucia Débora de Assis e Célio Albino Giaretton Investigados: Celio Albino Giaretton e Glaucia Debora De Assis. Local do Fato: Erechim.

IC 00771.00040/2016 instaurado na Promotoria De Justiça De Farroupilha por Claudia Formolo Hendler Balbinot - 1º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Farroupilha com a finalidade de Objeto: dano ambiental decorrente do corte de vegetação nativa sem licença ambiental em área caracterizada como APP

Investigado: MAURÍCIO BELLAVER
Local: São Marcos, 1º Distrito de Farroupilha. Investigado: Maurício Bellaver. Local do Fato: Farroupilha.



IC 01223.00008/2016 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Santiago por Diego Prux - Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Santiago com a finalidade de Apurar dano ambiental decorrente da instalação e funcionamento de serviço potencialmente poluidor - Lavagem Automotiva Limpa Lava Tchê -, em área de preservação permanente, tendo ocorrido a intervenção e modificação de uma nascente distante nove metros da rampa de lavagem, bem como a utilização de água extraída de um açude, tudo sem licença ou autorização do órgão ambiental competente, na Rua Vinte de Setembro, s/nº, Bairro São Jorge, Município de Santiago/RS Investigados: Alessandro Ramos Baixiski e Ipageu Gulart Teixeira . Local do Fato: Santiago.

IC 01223.00014/2016 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Santiago por Diego Prux - Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Santiago com a finalidade de Apurar dano ambiental decorrente da utilização de petrechos de pesca (redes) por amadores, no Rio Icamaguã, na ponte que dá acesso ao Município de Bossoroca/RS Investigados: Carlos Volmir Smulareck Moraes e Ivo Jair Smulareck Moraes. Local do Fato: Santiago.

IC 01234.00049/2016 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Santana Do Livramento por Marcelo De Souza Gonzaga - Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Santana Do Livramento com a finalidade de apurar a situação do esgoto pluvial e cloacal no Residencial Veneza, situado na Rua Viterbo Trevisan n.º 270, neste Município. Investigado: Município De Santana Do Livramento. Local do Fato: Santana Do Livramento.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 25 de Julho de 2016.

DANIEL MARTINI,

Coordenador do Cao de Defesa do Meio Ambiente.

De acordo,

FABIANO DALLAZEN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

O COORDENADOR DO CAO DOS DIREITOS HUMANOS científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou as seguintes Peças de Informação e Inquéritos Cíveis, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

IC 00784.00013/2016 instaurado na Promotoria De Justiça Cível De Gravataí por Roberto José Taborda Masiero - 1º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Cível De Gravataí com a finalidade de apurar irregularidades na Unidade Básica de Saúde (UBS) Morada do Vale I, localizada na Rua Afonso Celso s/nº, Bairro Morada do Vale I, Gravataí/RS. Investigado: Município De Gravataí. Local do Fato: Gravataí.

IC 00891.00030/2016 instaurado na Promotoria De Justiça Cível De São Leopoldo por Caroline Spotorno Da Silva - 1º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Cível De São Leopoldo com a finalidade de Hospital negou atendimento a gestante de 40 semanas Investigado não informado. Local do Fato: São Leopoldo.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 25 de Julho de 2016.

MAURO LUÍS SILVA DE SOUZA,

Coordenador do Cao dos Direitos Humanos.

De acordo,

FABIANO DALLAZEN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

BOLETIM Nº 243/2016

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS, FABIANO DALLAZEN, NOS TERMOS DA PORTARIA 1150/2016, RESOLVE:

DESIGNAR

- o Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente, DANIEL MARTINI, na condição de Presidente, os Promotores de Justiça RICARDO SCHINESTOCK RODRIGUES e EDUARDO CORAL VIEGAS e a Promotora de Justiça JOSIANE SUPERTI BRASIL CAMEJO, para integrarem, sem ônus para o Estado e sem prejuízo de suas atribuições originárias, Grupo Temático permanente sobre Recursos Hídricos (Port. 2519/2016).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 26 de julho de 2016.

FABIANO DALLAZEN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

AVISO Nº 82/2016

Torno público que na Sessão Ordinária do dia 02 de Agosto de 2016, ou nos 15 dias subsequentes, às 13h30min, Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80, 8º andar, Torre Norte, Bairro Praia de Belas, Porto Alegre, nesta Capital, será deliberado sobre promoção de arquivamento de inquéritos civis, instaurados para apurar os fatos a que se referem os seguintes processos: **RELATORA: CONSELHEIRA SIMONE MARIANO DA ROCHA: Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre: 01) Processo nº IC.00832.00036/2016**: apurar eventual prática abusiva ou deficiência de informações na oferta de serviço de despachante para aquisição de veículos. Reclamante: Éverton Selistre Ramos Pellenz. Investigado: IESA Veículos. Local: RS. 02) Processo nº IC.00832.00264/2015: Possíveis fraudes/irregularidades em cursos on line, tais como: emissão de certificado sem o cumprimento de carga horária mínima; certificação falsa sobre efetiva carga horária ministrada; certificado emitido em favor de pessoa que não realizou o curso. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre: 03) Processo nº IC.00833.00049/2013**: apurar a existência de um projeto denominado "Memorial do Samba", previsto para implantação na Av. Padre Cacique, próximo ao Museu Iberê Camargo, nesta Capital. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre: 04) Processo nº IC.00829.00024/2015**: apurar possíveis irregularidades na utilização indevida de um imóvel residencial localizado em Minas do Leão, imóvel pertencente à CRM - Companhia Rio-Grandense de Mineração, por parte do ex-funcionário Aldory dos Santos Jacobi. Local: Porto Alegre. Representante: Carlos Eduardo Dias. Representados: Companhia Riograndense de Mineração e Aldory dos Santos Jacob. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre: 05) Processo nº IC.01128.00064/2014**: Objeto: apurar as irregularidades na ILPI Geriatria Dom Diogo Ltda. Partes: Geriatria Dom Diogo Ltda. Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Local dos Fatos: Porto Alegre. **Encaminhado por Promotoria**



de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística: 06) Processo nº IC.01202.00097/2015: Investigar potencial infração à ordem urbanística em razão de ausência de Alvará de Localização e Funcionamento e eventual risco de incêndio e/ou inexistência dos equipamentos mínimos de prevenção contra incêndio na casa de eventos Party Room Kids, localizada na Rua Luiz Voelcker, 260, Bairro Três Figueiras, nesta Capital. Investigado: estabelecimento Party Room Kids. Interessada: Coletividade e reclamante. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Bento Gonçalves:** 07) Processo nº IC.00722.00029/2015: Objeto: averiguar delito ambiental face à ocorrência de vazamento de amônia. Investigado: Tecnovin do Brasil Ltda. Local do Fato: Linha Leopoldina Km 06, Vale dos Vinhedos, interior de Bento Gonçalves/RS. 08) Processo nº IC.00722.00038/2015: Objeto: averiguar delito ambiental face atividade de lavagem de veículos pesados sem licença ambiental. Investigado: Comercial de Gás Cainelli Ltda. Local do Fato: Rua Carlos Dreher Neto, 2381, Distrito Industrial, Bento Gonçalves/RS. 09) Processo nº IC.00722.00039/2015: Objeto: averiguar delito ambiental por exercer atividade de comércio varejista e depósito de botijões de gás GLP sem licença ambiental. Investigado: Comercial de Gás Cainelli Ltda. Local do Fato: Rua Ricardo Cainelli, 91, Bento Gonçalves/RS. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul:** 10) Processo nº IC.00748.00064/2014: Objeto: contaminação da lagoa existente no Parque Municipal Demétrio Monteiro da Silva pelo descarte irregular de efluentes. Local: Caxias do Sul - RS. Parte: Município de Caxias do Sul. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul:** 11) Processo nº IC.00748.00208/2015: Objeto: ausência ou deficiência na disponibilização de Telefones de Uso Público no KM 150 da RSC-453, em Caxias do Sul. Local: Caxias do Sul/RS. Partes: Brasil Telecom (investigada). **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Charqueadas:** 12) Processo nº IC.00950.00005/2013: Objeto: apurar ocorrência de dano ambiental decorrente do corte seletivo de vegetação nativa sem licenciamento com o depósito dos restos florestais às margens de um açude na Fazenda São Pedro, zona rural deste Município, de propriedade de Arnaldo Boff. Investigado: Arnaldo Boff. Local: Fazenda São Pedro, zona rural, Charqueadas/RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Estrela:** 13) Processo nº IC.00770.00033/2013: Objeto: investigar os fatos e danos causados decorrente da supressão de vegetação e realização de obras, sem licenciamento ambiental nas imediações do Aeródromo de Estrela. Investigados: AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia Elétrica S/A. Local: Estrela/RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de General Câmara:** 14) Processo nº IC.00778.00001/2013: Crime ambiental, por fazer funcionar, estabelecimento potencialmente poluidor, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, e contrariando as normas legais e regulamentares pertinentes. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Getúlio Vargas:** 15) Processo nº IC.00780.00001/2014: Objeto: investigar eventual falha no atendimento às crianças e adolescentes do Município de Erebangó, diante da estrutura inadequada do Conselho Tutelar. Investigado: Município de Erebangó. Local: Erebangó,

RS. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí:** 16) Processo nº IC.00783.00023/2015: investigar a ocorrência de irregularidades na realização de concurso público para provimento de cargos da Câmara Municipal de Gravataí (Edital n.º 001/2014), especialmente em relação aos cargos de Procurador Legislativo e Oficial Legislativo. 17) Processo nº IC.00783.00037/2013: Objeto: investigar a implantação do Loteamento Medianeira, em Glorinha, pela Cooperativa Habitacional Metropolitana de Porto Alegre Ltda. Investigada: Cooperativa Habitacional Metropolitana de Porto Alegre Ltda. Local: Glorinha/RS. 18) Processo nº IC.00783.00112/2013: Objeto: investigar inexistência/irregularidade na destinação do esgoto doméstico por residência, em razão da não ligação à rede coletora existente. Investigado: Antônio Lori de Souza Rocha. Local: Hélio Barcelos,35. Gravataí/RS. 19) Processo nº IC.00783.00126/2013: Objeto: investigar inexistência/irregularidade na destinação do esgoto doméstico por residência, em razão da não ligação à rede coletora existente. Investigado: Dila P. Zini Cherubini e Loja Barriga Verde. Local: Ary Tubbs, 660. Gravataí/RS. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Guaporé:** 20) Processo nº SD.00788.00003/2013: apurar as reais condições de acolhimento, higiene, alimentação e tratamento dispensado às crianças da EMEI Maria Rosa Ferreira, no Município de Guaporé/RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Nova Petrópolis:** 21) Processo nº IC.00812.00037/2010: apurar eventuais irregularidades na terceirização de serviços e profissionais por parte do Município de Nova Petrópolis, que contratou a Cooperativa de Transportes e Serviços do Sul Ltda para a realização de serviços gerais de roçadas, capinas e outros (serviços de atendimento turístico, psicológico, psiquiátrico, limpeza geral e serviços de atendimento postal). **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Passo Fundo:** 22) Processo nº IC.00820.00006/2016: prática de danos em APP - deposição irregular de lixo, na localidade da Rua Mascarenhas, N.º 434, Bairro Operária, neste município, tendo como investigado Rodolfo Ariovaldo Amaral da Silva, e como requerente o 3º BABM. 23) Processo nº IC.00820.00036/2016: prática de danos à fauna - pesca predatória, na localidade de Santa Gema, nesta cidade, tendo como investigados Zigomar Luiz Rosso e Valdir Rosso e como requerente 3º BABM. **Encaminhado por 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Passo Fundo:** 24) Processo nº IC.00820.00053/2016: Objeto: apurar eventuais irregularidades na destinação de madeiras recebidas em doação pelo IBAMA e que não teriam sido entregues aos beneficiários, fatos ocorridos em 2008/2009, na Prefeitura de Mato Castelhano. Investigado: Solano Ricard Canavese. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Passo Fundo:** 25) Processo nº IC.00820.00121/2015: prática de danos à flora - corte irregular de árvore nativa, na Rua Plácido de Castro, 1020, neste município, tendo como investigada Raquel da Silva Rodrigues e Como requerente o BABM. 26) Processo nº IC.00820.00188/2014: prática de exercício irregular de atividade - marcenaria, localizada na Rua Plácido de Castro, 1880, Bairro Lucas Araújo, nesta cidade, tendo como investigado Renan Kurchner Vargas, Eduardo Guedes Goellner e Empresa Formiga Fabrica de Portas.



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 26 de julho de 2016.

www.mprs.mp.br

Edição Nº 1953

Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Rio Grande: 27) Processo nº IC.00852.00095/2015: Objeto: apurar o mau estado de conservação das vias públicas horário Rodrigues da Silva, Antônio Lopes Teixeira e Estrada do Campo na Ilha da Torotama. Investigado: Município do Rio Grande. Local: Rio Grande/RS. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Cruz do Sul:** 28) Processo nº IC.00861.00007/2012: apurar a regularidade de contratação de servidores pelo processo seletivo simplificado no Município de Passo do Sobrado/RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Regional de Santa Cruz do Sul:** 29) Processo nº IC.00928.00003/2014: apurar a possível insuficiência de vagas em creches no Município de Vera Cruz-RS. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Santa Rosa:** 30) Processo nº PI.00868.00003/2016: of. nº 50/2015, remetido pela Unidade Central de Controle Interno do Município de Santa Rosa, noticiando possíveis irregularidades constatadas em prestação de contas de diárias e pagamentos de substituições no Poder Legislativo que causaram dano ao erário. **Encaminhado por Designação Excepcional - Janor Lerch Duarte:** 31) Processo nº IC.00876.00015/2014: Objeto: apurar eventual ocorrência de dano aos cofres públicos, em razão da concessão irregular de passagens rodoviárias, na modalidade "Vale Saúde", a pessoas que não estariam em tratamento de saúde ou em acompanhamento a doentes. Investigado: Poder Executivo Municipal de Chiapetta, na pessoa do Prefeito Municipal, Sr. Osmar Kuhn, bem como o Sr. Nilvo Valdomiro Gauger e Otávio Leo Pitol. Local: Chiapetta/RS. 32) Processo nº PI.00876.00045/2014: Objeto: apurar irregularidades em contratação de professores e auxiliares da educação infantil, mediante contrato temporário, tendo em vista a existência de concurso público em andamento para preenchimento dos mesmos cargos, bem como porque não há lei autorizando tais contratações. Investigado: Executivo Municipal de São Martinho/RS. Local: São Martinho/RS. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de São Leopoldo:** 33) Processo nº IC.00890.00004/2016: verificar eventual irregularidade na desafetação e autorização para alienação de área que foi destinada para a Praça Roque Scherer, situada no Loteamento Parque Sinuelo (Lei nº 8333/2015 – matrícula 97.816), nesta cidade verificar eventual irregularidade na desafetação e autorização para alienação de área que foi destinada para a Praça Roque Scherer, situada no Loteamento Parque Sinuelo (Lei nº 8333/2015 – matrícula 97.816), nesta cidade. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de São Luiz Gonzaga:** 34) Processo nº IC.00894.00040/2014: Objeto: apurar conduta lesiva ao meio ambiente e sua responsabilidade, por suprimir e cortar vegetação e árvores nativas, em área de preservação permanente, em desacordo com a legislação vigente. Investigado: Romaldo Santoni. Local do fato: Rua Frutuoso da Fontoura e Bento Soeiro de Souza, snº, Vila Trinta, São Luiz Gonzaga/RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Sobradinho:** 35) Processo nº IC.00906.00037/2011: Fato: dano ambiental consistente em destruir 1,5 hectares de mata nativa, no Bioma Mata Atlântica, para plantação de fumo e manter em depósito 10 m³ de toras e lenha sem autorização

dos órgãos ambientais. Investigado: Data do fato: de 2008 até 23/11/2010. Local: Linha Figueira - Segredo-RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Tapera:** 36) Processo nº IC.00909.00003/2016: apurar possível lesão aos direitos do consumidor, em razão de conduta aparentemente irregular do Posto de Combustível de Arroio Grande, em Selbach. 37) Processo nº IC.00909.00013/2015: planos Municipais do Sistema Socioeducativo dos Municípios da Comarca. **Encaminhado por 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Tramandaí:** 38) Processo nº IC.00915.00098/2011: empresa de beneficiamento de madeira sem licenciamento ambiental e cadastro florestal no DEFAP, situada na Av. Castelo Branco, n.º93, em Balneário Pinhal. **Encaminhado por Designação Excepcional - Fernando Andrade Alves:** 39) Processo nº IC.00915.00089/2011: empresa de beneficiamento de madeira sem lic. ambiental e cadastro florestal no DEFAP, situada na Rua Vergueiros, n.º14, em Tramandaí. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Vacaria:** 40) Processo nº IC.00924.00038/2015: Objeto: apurar a regularidade da Licença Ambiental nº 010/2015, expedida pela Prefeitura Municipal de Campestre da Serra. Data: 22/04/2015. Local: Campestre da Serra-RS. Investigados: Poder Executivo Municipal de Campestre da Serra; Rogério Chimanski da Fontoura e Juvenildo Luiz Rech. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Viamão:** 41) Processo nº IC.00931.00117/2014: apurar potencial dano difuso e coletivo do direito à saúde dos idosos, decorrente das condições higiênico-sanitárias, de estrutura e de serviços da filial da ILPI Geriatria Santo Antônio, estabelecida na Rua João Fernando Krahe, nº 785, Jardim Krahe, Viamão. **RELATOR: CONSELHEIRO RENATO VINHAS VELASQUES: Encaminhado por Promotor de Justiça da Infância e da Juventude - Articulação/proteção de Porto Alegre:** 42) Processo nº IC.01411.00081/2014: Objeto: averiguar a inclusão dos acolhidos cujos pais foram destituídos do poder familiar, com sentença de procedência transitada em julgado, no Cadastro Nacional de Adoção. Local: Porto Alegre/RS. Partes: CNA, 2º JIJ E CAOJIEFS. 43) Processo nº IC.01411.00140/2013: Objeto: averiguar denúncia de inexistência de alvará e plano de prevenção contra incêndio no Colégio Leonardo da Vinci - Unidade alfa, situado nesta capital. Local: Porto Alegre/RS. Partes: Colégio Leonardo da Vinci - Unidade Alfa, Secretaria da Educação do Estado do Rio Grande do Sul e Estado do Rio Grande do Sul. 44) Processo nº SD.01411.00045/2014: Objeto: apurar eventuais omissões na vigilância e proteção das crianças e adolescentes acolhidos no Sabiá 07, FASC. Local: Porto Alegre/RS. Partes: FASC, Sabiá 07, 2º JIJ, Sra. Maria Odete da Silva, Sr. Rinaldo Lopes da Silva e CSMP. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre:** 45) Processo nº IC.00832.00028/2016: apurar a embalagem e comercialização de arroz em desacordo com as normas regulamentares. Apresentante: MAPA/RS. Investigado: Urbano Agroindustrial Ltda. Local: RS. 46) Processo nº IC.00832.00138/2015: Deficiência na prestação de serviços. Apresentante: 2ª Promotoria de Justiça Cível de Erechim/RS. Investigado: Reunidas S/A Transportes Coletivos. Local: RS. 47) Processo nº IC.00832.00287/2014: Apurar falhas na prestação de serviços de fisioterapia nas Unidades de Tratamento Intensivo - UTI, decorrentes de



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 26 de julho de 2016.

www.mprs.mp.br

Edição Nº 1953

descumprimento da Resolução RDC nº 07/2010 da ANVISA. Apresentante: Conselho Regional de Fisioterapia Ocupacional da 5ª Região - CREFITO - 5. Investigado: Hospital Divina Providência (Sociedade Sulina Divina Providência). Local: Porto Alegre/RS. 48) Processo nº IC.00832.00300/2014: Apurar eventual prática abusiva na cobrança de mensalidades por associação em cooperativa habitacional. Reclamante: Luis Bueno. Investigada: Cooperativa de Consumo dos Trabalhadores de Porto Alegre - Cootrapoa. Local: Porto Alegre/RS. 49) Processo nº IC.00832.00307/2015: Fornecimento de produtos impróprios para o consumo quanto ao uso de agrotóxicos. Apresentante: CEVS. Investigados: Afonso Jair Hauser, Jane Elis Spaniol Hauser e Luis Valmir Hauser. Local: RS. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre**: 50) Processo nº IC.00833.00096/2015: averiguar danos ambientais causados pela Empresa FK Biotecnologia S.A. – FK Biotec, localizada na Rua da Várzea, nº 22, Bairro Jardim São Pedro, nesta Capital. 51) Processo nº IC.00833.00104/2011: averiguar poluição sonora causada pelo Bar localizado na Rua Dr. Murinho nº 546, bairro Bom Jesus, nesta Capital. Investigado: "Bar Sem Nome". Reclamante: Leila Gussi. Investigado: Emídio Vital Duarte. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre**: 52) Processo nº IC.00829.00001/2015: possível irregularidade na conduta do Diretor Administrativo da Susepe na utilização de veículo para fins particulares. Representante: Sigiloso; Representado Giovanni Motta Moreira; Local Porto Alegre. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Alegrete**: 53) Processo nº IC.00711.00097/2015: verificar o funcionamento de empreendimento potencialmente poluidor (Oficina de Chapeação e pintura de veículos) sem licença do órgão ambiental competente. Investigado: João Batista Correa Machado. Local do Fato: Rua Antônio José de Vargas, 1247, Novo Lar, Alegrete/RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Butiá**: 54) Processo nº IC.00938.00016/2013: objeto: apurar a adequação das atuações do Conselho Tutelar de Butiá e promover atividades de capacitação. Local do fato: Butiá/RS. Investigados: Conselho Tutelar de Butiá e Município de Butiá. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Cachoeirinha**: 55) Processo nº IC.01220.00008/2015: apurar eventual irregularidade na nomeação da servidora Ana Maria Rech, concursada para o exercício do cargo de telefonista, para exercer o cargo de Controladora Interna da Câmara Municipal de Cachoeirinha. Investigado: Poder Legislativo Municipal de Cachoeirinha. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Camaquã**: 56) Processo nº IC.00732.00077/2006: apurar a existência de desproporção no patrimônio de José Énio Brandeburski, em relação aos vencimentos percebidos no exercício da função pública, em Chuvisca/RS, bem como apurar ocorrência de fraude deste com as Sras. Dinair Lacerda Brandeburski, Maria Denise Lopes Abreu e Sr. Marcelino Brandeburski, para fins de escamotear o real patrimônio, com eventual vantagem aos demais envolvidos. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Canoas**: 57) Processo nº IC.00740.00014/2011: apurar a regularidade da ILPI Lar Associação Matusalém. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça**

Especializada de Canoas: 58) Processo nº IC.00739.00044/2013: apurar a ocorrência de dano ambiental em razão do funcionamento de atividade potencialmente poluidora (oficina mecânica) sem licença do órgão ambiental competente. 59) Processo nº IC.00739.00079/2013: apurar dano ambiental em razão de poluição sonora oriunda dos motores de câmara fria mantidos pelo estabelecimento investigado. 60) Processo nº IC.00739.00094/2012: comunicação de crime ambiental Nº 237. local da infração: R. Santos Dumont, Nº 481. **Encaminhado por 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa**: 61) Processo nº IC.00949.00217/2014: averiguar eventual descumprimento, pelo Município de Xangri-lá, de termo de ajustamento de conduta firmado nos autos do Inquérito Civil n.º 00949.00112/2006. 62) Processo nº IC.00949.00220/2014: averiguar eventual não conclusão das obras de ligação da Estação de Bombeamento do Esgoto (EBE) do Condomínio Horizontal de Lotes Villaggio de Atlântida à Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) do Município de Xangri-Lá. **Encaminhado por 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa**: 63) Processo nº IC.00949.00031/2015: apurar o reiterado e injustificado não atendimento de diversas requisições ministeriais expedidas nos autos do Inquérito Civil nº 205/2014 da 3ª Promotoria de Justiça de Capão da Canoa, fatos que importam, em tese, violação dolosa de princípios da administração pública, especialmente da legalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência, ao alcance do art. 11, caput, e inciso II, da Lei n.º 8.429/92. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Carazinho**: 64) Processo nº IC.00743.00024/2015: investigar eventual dano ambiental pelo corte de árvores nativas em área de preservação permanente, sem licença ambiental, entre a Rua Tamoia, próximo ao nº 1130, e a BR 285, Carazinho/RS. Investigado: Diogo Rodrigues. Local: Entre a rua Tamoia, próximo ao nº 1130, e a BR 285, Carazinho/RS. **Encaminhado por 5º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul**: 65) Processo nº IC.00748.00063/2016: Objeto: poluição sonora. Partes: Representante: Ministério Público do Trabalho- Investigado: AZS Soluções e Tecnologia. Local do Fato: Caxias do Sul. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Cerro Largo**: 66) Processo nº IC.00751.00036/2016: investigar possíveis danos ambientais decorrentes do uso irregular do fogo sem licença ambiental na área rural localizada na Colônia Gramado, Roque Gonzales/RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Estrela**: 67) Processo nº IC.00770.00010/2015: Objeto: investigar a interdição da Edificação da Sociedade Rio Branco por irregularidades no PPCI-Plano de Prevenção no Combate de Incêndios. Investigado: Eloy José Knebel. Local: Av. Rio Branco, nº 816, Bairro Oriental, Estrela-RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Herval**: 68) Processo nº IC.00790.00022/2013: Objeto: apurar irregularidades nas concessões de transporte coletivo municipal. Investigado: Município de Herval - Poder Executivo. Local: Herval/RS. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Jaguarão**: 69) Processo nº IC.00798.00017/2009: poluição ambiental em decorrência de uma fábrica localizada na Rua General Osório, nº 58. 70) Processo nº IC.00798.00038/2015: apurar irregularidades na manutenção da "Estrada da Meia Água", localidade rural de



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 26 de julho de 2016.

www.mprs.mp.br

Edição Nº 1953

Jaguarão-RS. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Lajeado:** 71) Processo nº IC.00803.00006/2013: contratação de pessoal – Horas extras pagas em dezembro de 2012; 2. Contratação/convocação de regime suplementar de trabalho para empregos públicos; 3. Sucateamento do patrimônio público; 4. Pavimentações, pelo sistema associativo, com 'adesão' do Município e irregularidades na execução do Contrato n.º 109-03/2011; 5. Irregularidades na execução dos Contratos n.º 221-04/2008 e 222-04/2008; 6. Serviços de telefonia móvel sem contratação; 7. Irregularidades na contratação da Cooperativa de Crédito de Lajeado – SICREDI Vale do Taquari – Contrato n.º 102-02/2010; 8. Irregularidades na autorização para execução de obras sem prévio empenho – Contratos n.º 003-03/2011 e 192-02/2010. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Lajeado:** 72) Processo nº IC.00802.00004/2016: Objeto: investigar a ocorrência de poluição sonora em face da realização de eventos no estabelecimento denominado "Bar da Tia Irene", em Cruzeiro do Sul/RS. 73) Processo nº IC.00802.00080/2014: Objeto: investigar eventual dano ambiental decorrente de construção de residência próxima a um córrego. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Marau:** 74) Processo nº IC.00806.00011/2012: Natureza do fato: apuração de eventual improbidade administrativa em decorrência de aprovação do Projeto de Lei N.º 70/2011, que autoriza a concessão de auxílio para a Empresa Domingos Lazzarotto ME - Lazzarotto Sucos, de propriedade de Domingos Lazzarotto, pai do vereador Rafael Lazzarotto, que participou do processo de aprovação do referido projeto de lei, no exercício financeiro de 2011, município de Nova Alvorada/RS. Local dos fatos: Município de Nova Alvorada. Investigados: Vereador Rafael Lazzarotto, Domingos Lazzarotto ME - Lazzarotto Sucos e Domingos Lazzarotto. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Novo Hamburgo:** 75) Processo nº IC.00814.00006/2016: apurar a possível lesão à ordem urbanística e o possível risco à segurança de consumidores em razão da ausência de APPCI e de itens mínimos de segurança no estabelecimento Leandro Luis Mazzuco, situado na Av. Bento Gonçalves, n.º 719, Bairro Pátria Nova, Novo Hamburgo. Investigado: Leandro Luis Mazzuco. Local: Av. Bento Gonçalves, n.º 719, Bairro Pátria Nova, Novo Hamburgo. 76) Processo nº PI.00814.00024/2016: apurar possíveis atos de abuso e maus-tratos contra animais da espécie canina na Rua Tristão de Alencar, n.º 884, Bairro Primavera, nesta cidade. Investigado: A apurar. Local: Rua Tristão de Alencar, n.º 884, Bairro Primavera, nesta cidade. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Osório:** 77) Processo nº IC.01212.00022/2013: construção irregular em área de preservação permanente, sem licença do órgão ambiental competente às margens de curso d'água, em propriedade situada na Estrada Geral da Borrússia, n.º 950, em Osório/RS, tendo como investigado o Sr. Raul Balardin Formagio. **Encaminhado por Designação Excepcional - Promotoria de Justiça de Palmeira das Missões:** 78) Processo nº IC.00818.00009/2011: necessidade de criação de Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, no Município de Palmeira das Missões. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Passo Fundo:** 79) Processo nº

IC.00820.00022/2016: Objeto: averiguar denúncia de descarte irregular de resíduos sólidos, na Rua Aratiba, 067, Passo Fundo. Investigados: TELE Entulho Hugo e Tele Entulho Telles. 80) Processo nº IC.00820.00039/2016: Objeto: averiguar denúncia de depósito irregular e aterro de resíduos sólidos em área situada na ERS 324, nesta Cidade, pertencente a empresa Telles Entulho. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas:** 81) Processo nº IC.00824.00055/2011: Objeto: atividade industrial em desacordo com a Licença de Operação. Local: Pelotas. Reclamante: Sandro Ruivo da Cunha. Investigado: Irmãos Ruivo Ltda (Massas e Biscoitos Zeze). **Encaminhado por Designação Excepcional - João Pedro Togni:** 82) Processo nº IC.00942.00013/2013: dano ambiental, corte de árvores nativas de várias espécies. Localização: junho/2015. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Quaraí:** 83) Processo nº IC.00850.00016/2014: Objeto: investigar a regularidade no repasse de verbas do Programa Passe Livre (Lei N.º 14.307/2013). Local: Município de Quaraí. Investigados: Município de Quaraí e a Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional - Metroplan. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Rio Grande:** 84) Processo nº IC.00853.00052/2015: investigar a legalidade e emissão de poluição sonora produzida pelo estabelecimento com nome fantasia "NEW PUB", localizado na Rua Dr. Nascimento, nº 249. 85) Processo nº IC.00853.00066/2014: investigar legalidade e emissão de poluição sonora por estabelecimento conhecido como "Boteco do Napoleão", situado na Rua Napoleão Laureano, nº 413, nesta cidade. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Rio Pardo:** 86) Processo nº IC.00855.00005/2012: visa apurar perturbação sonora gerada pelos ensaios da Escola de Samba Beija-Flor. Fixo no Gabinete. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo:** 87) Processo nº IC.00872.00106/2013: Objeto: apurar dano ambiental oriundo da destruição de vegetação. Local: Esquina Marcelo, no Município de Entre-Ijuís, RS. Investigado: Dari Schulz. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Francisco de Paula:** 88) Processo nº IC.00882.00098/2013: Objeto: queima de campo em APP, Investigado João Carlos Damasceno, ocorrido no município de São Francisco de Paula. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Sobradinho:** 89) Processo nº IC.00906.00017/2009: dano ambiental: corte de mata nativa em área de preservação permanente (encosta com declividade superior a 45º). **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Tenente Portela:** 90) Processo nº IC.00913.00002/2014: Objeto: colocação de terra e cascalho em área de banhado, caracterizando um aterro de uma APP. Local: Capoeira Grande, Barra do Guarita. Partes: Jurandir José Verdi. 91) Processo nº IC.00913.00023/2015: Objeto: dano ambiental no corte de vegetação nativa sem autorização do órgão ambiental. Local: Linha Pelizam, Irapuá, Miraguaí/RS. Partes: Marcos Pelizam. 92) Processo nº IC.00913.00040/2015: Objeto: retirada de árvores nativas, fora de APP, sem autorização do órgão ambiental competente. Local: Cabeceira Barra Grande, Derubadas/RS. Partes: Paulo Cesar Alves Wadenphul. 93) Processo nº IC.00913.00041/2015: Objeto: retirada de



vegetação de árvores nativas, sem autorização do órgão ambiental, fora de APP. Local: Cabeceira da Barra Grande, Derrubadas/RS. Partes: José Ederson Becker. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Três Coroas:** 94) Processo nº IC.01130.00034/2013: Objeto: exercício de atividade potencialmente poluidora sem licenciamento ambiental. Local: Rua Iracema Brocker, 95, Três Coroas. Partes: Delmar Brocker. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Três Passos:** 95) Processo nº IC.00917.00003/2010: apurar a ocorrência de danos ambientais no Loteamento Urbano na Rua Sete de Setembro, no Município de Três Passos. 96) Processo nº IC.00917.00025/2012: apurar dano ambiental decorrente da retirada de seis árvores exóticas da espécie uva japonesa, em APP, sem autorização e/ou licenciamento ambiental da autoridade competente. Localidade de Alto Erval Novo, Município de Três Passos. Parte: Sidnei Rogério Kurtz. 97) Processo nº IC.00917.00089/2015: apurar dano ambiental à mata ciliar do Rio Lajeado Grande, em razão da área não ter sido isolada nem abandonada, existindo criação de gado no local. **Encaminhado por 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Venâncio Aires:** 98) Processo nº IC.00927.00011/2011: investigar possíveis irregularidades/falhas administrativas na fiscalização do Serviço de Inspeção Municipal (SIM), criado pela Lei Municipal nº 1.748/94, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 2.168/94 (alterado pelo Decreto nº 3.059/01), de responsabilidade do Município de Venâncio Aires, e possíveis irregularidades/omissões, de autoria do Matadouro/Frigorífico Orlando dos Santos & Filhos Ltda. (Casa de Carnes Breunig), CNPJ nº 05.699.307/0001-46, localizado na Rua Fernando Manoel Schwingel, nº 644, Bairro Santa Tecla, em Venâncio Aires, decorrentes da desobediência às disposições legais referentes à inspeção sanitária e industrial dos produtos de origem animal e falta de implementação das exigências técnicas, condições higiênico-sanitárias e ambientais para o abate de animais (processo produtivo, equipamentos e instalações prediais). **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Viamão:** 99) Processo nº PI.00930.00013/2016: Objeto: dano à tutela coletiva do consumidor consistente na oferta, em 08 de abril de 2015, em drogaria situada na Estrada da Branquinha, nº 1300, ap.03, em Viamão/RS, de medicamentos impróprios ao consumo em razão de prazos de validade vencidos, fracionamentos irregulares de medicamentos e ausência de farmacêutico responsável. Investigado: Brancher e Monteiro Ltda. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Viamão:** 100) Processo nº IC.00931.00082/2012: Objeto: apurar eventuais irregularidades na distribuição de cestas básicas de alimentação a terceiros, sem as devidas destinações (famílias atendidas pelo CRAS). Investigado: Município de Viamão/RS. **RELATOR: CONSELHEIRO FÁBIO COSTA PEREIRA:** **Encaminhado por Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude - Articulação/proteção de Porto Alegre:** 101) Processo nº IC.01411.00036/2015: Objeto: averiguar denúncia de abuso sexual e as condições de funcionamento da Escola de Educação Infantil EREMI, situada nesta capital, perante os órgãos competentes. Local: Porto Alegre/RS. Partes: Instituição de Educação Infantil EREMI - Associação Comunitária Unidos da Paulino-ACOMUP, Promotoria de Justiça Regional da Educação de Porto Alegre - 9ª PJIJ,

Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre e Município de Porto Alegre. 102) Processo nº SD.01411.00002/2015: Objeto: apurar eventuais omissões na vigilância e proteção das crianças e adolescentes acolhidos na Casa LAR II/Mitra. Local: Porto Alegre/RS. Partes: Mitra e Sra. Aurea Regina Alves. 103) Processo nº SD.01411.00009/2015: Objeto: apurar eventuais irregularidades na criação e execução de programa conhecido como "Apadrinhamento Afetivo". Local: Porto Alegre. Partes: Instituto Pobres Servos da Divina Providência - CALÁBRIA. **Encaminhado por Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre:** 104) Processo nº IC.00832.00321/2015: apurar eventual fornecimento de produto (morango) com vício de qualidade quanto ao uso de agrotóxicos. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Agudo:** 105) Processo nº PI.00710.00002/2016: Objeto: apurar possível fraude em concurso público municipal no ano de 2015, aberto pelo Edital nº 001/2015, pelo Município de Agudo e Objetiva Concursos. Local: Município de Agudo/RS. Investigados: Prefeitura Municipal de Agudo e Objetiva Concursos Ltda. Representante: Denúncia Anônima. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Campo Bom:** 106) Processo nº IC.00734.00013/2014: I - Investigar poluição sonora causada por clube; II - Avenida Brasil, Nº 3092, Campo Bom; III - Clube XV de novembro. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Canoas:** 107) Processo nº IC.00739.00010/2014: apurar lesão aos interesses dos consumidores em decorrência da possível prática comercial abusiva implementada pelo investigado Cemitério Parque Jardim São Vicente, consistente na cobrança de taxa para a realização do serviço de colocação e de retirada de lápides, não obstante realizados por terceiros. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Carlos Barbosa:** 108) Processo nº IC.00745.00015/2008: Objeto: situação do Programa de Saúde da Família e dos Agentes Comunitários de Saúde em Carlos Barbosa – Projeto Saúde Preventiva GEMP 2022. Local: Carlos Barbosa. Requerente: Ministério Público. Investigado: Município de Carlos Barbosa. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul:** 109) Processo nº IC.00748.00034/2016: Objeto: crime contra o meio ambiente - atividade potencialmente poluidora sem licenciamento ambiental. Partes: PATRAM (representante). Claudiomiro Roxo Boechel (investigado). Local: Caxias do Sul/RS. 110) Processo nº IC.00748.00344/2013: Objeto: possíveis danos ambientais causados por atividade potencialmente poluidora sem licença ambiental. Local: Caxias do Sul. Partes: Ivo Jose Ceramica Ltda (Investigada); PATRAM - 1º Pelotão de Polícia Ambiental de Caxias do Sul (PATRAM Caxias do Sul) (representante). **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Charqueadas:** 111) Processo nº IC.00950.00008/2010: dano ambiental de criação de animais sem licença, abate de animais de forma inadequada, supressão de vegetação em APP, utilização de recursos hídricos sem licença do DRA, poluição do solo e da água por parte de Marcos Dilamar Ferreira dos Santos, na Fazenda Janaína, localidade de Caporoca II, zona rural deste Município. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Gaurama:** 112) Processo nº IC.00777.00018/2013: Objeto: dano ao meio ambiente decorrente de supressão de



vegetação nativa em estágio médio de regeneração, mediante destoque, em uma área de 0,27 hectare, atingindo espécies de Jerivá, Canela, Timbó, etc, sem licença do órgão ambiental competente. Parte: Jorge Jair Grzegorzewsk. Local: Linha Tonello, interior, Gaurama-RS. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí:** 113) Processo nº IC.00783.00004/2015: crime contra a fauna. Pássaros nativos silvestres em cativeiro. 114) Processo nº IC.00783.00055/2015: apurar a criação de pássaros silvestres em cativeiro, sem autorização dos órgãos ambientais competentes. 115) Processo nº IC.00783.00071/2014: apurar criação irregular de pássaros silvestres sem autorização dos órgãos competentes, por parte de Luiz Eduardo Freitas Pissoni, residente no Beco Santo Antônio, 20, Bairro Santa Cruz, em Gravataí. 116) Processo nº IC.00783.00304/2013: apurar as condições de manutenção dos animais de propriedade da Sra. Renita Lorena Redel na Rua Pero Vaz de Caminha, 122, Vila Nara, em Gravataí/RS. Investigada: Renita Lorena Redel. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Lavras do Sul:** 117) Processo nº IC.00805.00005/2015: eventuais irregularidades de diárias percebidas por vereadores no ano de 2010. Interessado: Município de Lavras do Sul. Local dos Fatos: Município de Lavras do Sul. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Osório:** 118) Processo nº IC.01211.00026/2014: Investigados: Município de Osório e Soares e Reis - Construtora e Pavimentadora Ltda. Objeto: apurar irregularidades na tomada de preços N.º 015/2009 promovida pelo Município de Osório. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Restinga Seca:** 119) Processo nº IC.00851.00021/2014: ofício nº 269/1ª Cia Amb/2014 - notícia poluição por lançamento de resíduos sólidos. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Rio Grande:** 120) Processo nº IC.00853.00062/2015: comparece à 1ª PJ Cível a fim de relatar possível crime de poluição sonora do bar de propriedade de Janaína Duarte, bem como ausência de alvará para o funcionamento de tal estabelecimento. 121) Processo nº IC.00853.00086/2014: possível oficina irregular. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Rio Grande:** 122) Processo nº IC.00852.00047/2015: Objeto: apurar a regularidade do negócio jurídico entabulado no contrato preliminar de reserva de área entre o estado do Rio Grande do Sul e Bolognesi Participações S.A. Investigado: Estado do RS. Local: Rio Grande/RS. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Cruz do Sul:** 123) Processo nº IC.00861.00105/2011: apurar dano ambiental consistente no corte de árvores em área de preservação permanente, de propriedade do Sr. André Luiz Backes, sem autorização do órgão ambiental competente, no Loteamento Terra Madre, município de Santa Cruz do Sul. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Regional de Santo Ângelo:** 124) Processo nº PA.00937.00107/2012: abaixo-assinado de pais de alunos do Colégio Estadual José Lange, do Município de Augusto Pestana, solicitando intervenção do MP para solução do problema de energia elétrica que a instituição de ensino está enfrentando. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São José do Ouro:** 125) Processo nº IC.00889.00010/2011: Objeto: funcionamento de

estabelecimento potencialmente poluidor e recebimento de madeira nativa irregularmente abatida. Local: BR 470, Km 09, Distrito Industrial, Barracão/RS. Investigado: Juarez Mingotti. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de São Leopoldo:** 126) Processo nº IC.00891.00006/2016: investigar as condições do local e o tratamento com os internos. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Sapiranga:** 127) Processo nº IC.00901.00020/2012: apurar a existência de aterro de resíduos de couro na propriedade localizada na Rua da Bica, em Nova Hartz, tendo como investigado Cristian Hoffmeister. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Sobradinho:** 128) Processo nº IC.00906.00006/2010: prestação de horas extras em número superior ao permitido pela Lei Municipal n.º 665/2006. 129) Processo nº IC.00906.00007/2008: pagamento irregular de horas extras a servidores. 130) Processo nº IC.00906.00009/2010: realização de despesas sem licitação em consertos de veículos no ano de 2008. **Encaminhado por 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Taquara:** 131) Processo nº IC.00911.00123/2010: objeto: emprego de fogo para a eliminação de resíduos florestais. Investigado: Roberto Francisco Henkes. Local: Taquara/RS. **Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Tenente Portela:** 132) Processo nº IC.00913.00002/2016: Objeto: uso de fogo, atingindo espécies nativas, em APP, sem autorização do órgão competente. Local: Localidade de Daltró Filho, Tenente Portela/RS. Partes: Rafael Augusto Boer. 133) Processo nº IC.00913.00007/2014: Objeto: dano ambiental decorrente de poluição/contaminação de recurso hídrico em área urbana do município. Local: Tenente Portela/RS. Partes: Município de Tenente Portela/RS. 134) Processo nº IC.00913.00011/2016: Objeto: uso de barco e três redes de tamanho proibido, em época de piracema, dentro da área de proteção ambiental. Local: Parque Estadual do Turvo, Derrubadas/RS. Partes: Selvino Moresco. **Encaminhado por 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Tramandaí:** 135) Processo nº IC.00915.00030/2016: investigar dano à tutela coletiva dos consumidores decorrente de prática abusiva prevista no art.39, inciso VIII, da Lei 8.078/90 pela colocação no mercado de consumo de produto impróprio ao consumo (art.18, parágrafo sexto, da Lei 8.078/90) consistente nas irregularidades descritas no Auto de Infração Sanitária nº 10/16 da 18ª Coordenadoria Regional da Saúde em estabelecimento comercial. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Três Passos:** 136) Processo nº IC.00917.00022/2015: apuração da prática de ato de improbidade administrativa consistente na prestação deficiente de informações por parte do Prefeito Municipal de Esperança do Sul em relação às solicitações efetuadas pela Câmara de Vereadores e exigência de protocolo e pagamento de custas para exibição de documentos relativos às atividades fiscalizadoras do Poder Legislativo, em afronta ao artigo 34, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município, artigo 12 da Constituição Estadual do Estado do Rio Grande do Sul, artigo 31 da Constituição Federal, artigo 5º, incisos XIV, XXXIII, XXXIV e Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação). Parte: Roberto Paulo Albring Prediger. **Encaminhado por 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Viamão:** 137) Processo nº IC.00931.00020/2012: investigar eventual dano à saúde decorrente do retardo na avaliação



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 26 de julho de 2016.

www.mprs.mp.br

Edição Nº 1953

diagnóstica por médico mastologista. **Encaminhado por 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Viamão:** 138) Processo nº IC.00931.00050/2012: Objeto: apurar eventual ato de improbidade administrativa praticada pelo Prefeito Municipal Alex Sander Boscaïni, pela prática de superfaturamento da seguinte obra pública: projeto de reestruturação do trânsito da região central do Município. Investigado: Alex Sander Boscaïni. Local dos Fatos: Viamão/RS. 139) Processo nº IC.00931.00100/2014: sigilo do denunciante. Apurar possível ato de improbidade administrativa, consistente no desvio de verbas oriundas de Convênio com o Banco Itaú. Fica facultado às associações legitimadas apresentarem razões escritas ou documentos até três (03) dias antes da sessão de deliberação, nos termos do art. 38, caput, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público. As decisões dos expedientes acima relacionados serão publicadas através de afixação no átrio da Secretaria dos Órgãos Colegiados.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 26 de julho de 2016.

MARTHA WEISS JUNG,
Promotora-Assessora

AVISO Nº 83/2016

Torno público que na Sessão Ordinária do dia 02 de Agosto de 2016, ou nos 15 dias subsequentes, às 13h30min, Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80, 8º andar, Torre Norte, Bairro Praia de Belas, Porto Alegre, nesta Capital, será deliberado sobre promoção de arquivamento de inquéritos civis, instaurados para apurar os fatos a que se referem os seguintes processos: **RELATORA: CONSELHEIRA HELOÍSA HELENA ZIGLIOTTO: Encaminhado por Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Ibirubá:** 01) Processo nº IC.00792.00007/2015: Objeto: apurar eventual edificação irregular de residência as margens do reservatório da barragem do Passo Real, dentro de área de preservação permanente. Local do fato: localidade de Sede Aurora, interior do município de Quinze de Novembro. Investigado: Ademir Envall. 02) Processo nº IC.00792.00009/2012: Objeto: apurar eventual loteamento irregular na orla da Barragem do Passo Real. Local do fato: localidade de Volta Grande, Quinze de Novembro/RS. Investigado: Arthur Horst Birgheuer. 03) Processo nº IC.00792.00043/2007: urbanização irregular e Edificação de Imóveis em APP. 04) Processo nº PI.00792.00005/2015: procedimento preparatório instaurado para verificar a comercialização de terrenos de forma irregular às margens do reservatório da Barragem do Passo Real, na localidade de Santa Clara, município de Quinze de Novembro. Fica facultado às associações legitimadas apresentarem razões escritas ou documentos até três (03) dias antes da sessão de deliberação, nos termos do art. 38, caput, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público. As decisões dos expedientes acima relacionados serão publicadas através de afixação no átrio da Secretaria dos Órgãos Colegiados.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 26 de julho de 2016.

MARTHA WEISS JUNG,
Promotora-Assessora